

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALESSANDRO FREITAS DOS SANTOS

O EFEITO CNN NA GUERRA DO KOSOVO (1998-1999):

uma análise sobre o papel da mídia em um conflito no século XX

Rio de Janeiro

2022

CC ALESSANDRO FREITAS DOS SANTOS

O EFEITO CNN NA GUERRA DO KOSOVO (1998-1999):

uma análise sobre o papel da mídia em um conflito no século XX

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Emílio Reis Coelho

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por iluminar meu caminho e me conceder saúde e sabedoria durante toda minha jornada possibilitando chegar até esse marcante momento em minha vida.

Aos meus pais, pelos ensinamentos transmitidos ao longo de minha trajetória.

À minha esposa, o meu mais profundo reconhecimento pela paciência e por todo apoio que me foi dado ao longo desses dois últimos anos. Não tenho dúvida que sem o seu suporte tudo teria sido muito mais difícil. Eu te amo!

A minha filha, pois você é a razão da minha vida e a fonte de motivação.

Ao meu orientador, pelo apoio e orientações seguras, os quais foram fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Aos amigos da Turma Almirante Bonoso e aos camaradas do nosso C-EMOS 2022, pela honra de ter compartilhado com vocês esses bons momentos em que pudemos realizar um proveitoso intercâmbio de conhecimentos.

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo compreender, por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, o alcance do efeito CNN sobre o desenlace do conflito no Kosovo em 1999. Para tanto, buscou-se explorar o caso da intervenção militar no Kosovo deflagrada pela OTAN no ano de 1999, a fim de identificar as percepções que foram sendo transmitidas pela mídia ocidental sobre o conflito em suas diferentes fases e seus atores. Com esse fulcro, foram inicialmente identificados e compreendidos os conceitos de conflito, interesse e poder. Além disso, acompanhando a própria evolução teórica da disciplina das Relações Internacionais, em seguida são apresentados os conceitos de Direito Internacional e cooperação, o que conduz à elaboração sobre o papel dos novos atores do sistema internacional, em particular, a mídia. Partindo do pressuposto da mídia como um importante ator do sistema internacional, é jogada luz sobre a noção de “efeito CNN”. É à luz dessa perspectiva que foi analisada a assimilação do conflito e de seus desdobramentos, em termos de movimentações da comunidade internacional – especialmente os Estados Unidos da América e seus aliados da OTAN. Levando-se em conta o que foi observado, discutiu-se sobre o que mudou e o que se manteve em termos de enquadramento midiático sobre a campanha liderada pelos Estados Unidos da América. Como conclusão, constatou-se que o efeito CNN nessa ocasião se dá de forma limitada. Embora tenha influído na tomada de decisão de invadir o Kosovo, o contínuo enquadramento crítico e emocional não modificou a condução da campanha uma vez estabelecida como uma campanha de bombardeio aéreo. Reconhece-se a pertinência da pesquisa uma vez que a relação da mídia com os conflitos e os atores políticos e militares seguirá ocorrendo, atentando para a necessidade da manutenção da condução das decisões de um conflito de sucesso nas mãos dos líderes de campanhas e formuladores de política. Por fim, sugere-se em linhas gerais possíveis caminhos para o adensamento dessa temática por futuros trabalhos.

**Palavras-chave:** Conflito. Mídia. Efeito CNN. Intervenção humanitária. Kosovo. OTAN.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Posição Geográfica do Kosovo..... | 29 |
|----------------------------------------------|----|

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|        |                                             |
|--------|---------------------------------------------|
| CNN –  | <i>Cable News Network</i>                   |
| CSNU – | Conselho de Segurança das Nações Unidas     |
| EUA –  | Estados Unidos da América                   |
| KFOR – | Força do Kosovo ( <i>Kosovo Force</i> )     |
| KLA –  | Exército de Libertação do Kosovo            |
| LDK –  | Liga Democrática do Kosovo                  |
| OIG –  | Organização Internacional Governamental     |
| ONG –  | Organizações Não Governamentais             |
| ONU –  | Organização das Nações Unidas               |
| OTAN – | Organização do Tratado do Atlântico Norte   |
| RFI –  | República Federal da Iugoslávia             |
| RFSI – | República Federal Socialista da Iugoslávia  |
| SGM –  | Segunda Guerra Mundial                      |
| URSS – | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

## SUMÁRIO

|          |                                                                           |           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                    | <b>7</b>  |
| <b>2</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA.....</b>                            | <b>11</b> |
| 2.1      | O homem, o Estado e a Guerra .....                                        | 12        |
| 2.1.1    | Sistema internacional, Direito Internacional e Formação de Blocos.....    | 17        |
| 2.2      | Novos atores no Sistema internacionais .....                              | 20        |
| 2.2.1    | A mídia como ator na cena internacional.....                              | 21        |
| 2.3      | O “Efeito CNN” .....                                                      | 22        |
| <b>3</b> | <b>A ORIGEM DA CRISE .....</b>                                            | <b>27</b> |
| 3.1      | O contexto histórico do Kosovo .....                                      | 29        |
| 3.2      | A chegada ao poder de Milosevic e o recrudescimento do nacionalismo ..... | 31        |
| <b>4</b> | <b>A COALIZÃO MILITAR SOB O OLHAR DA MÍDIA.....</b>                       | <b>37</b> |
| 4.1      | Mídia, intervenções humanitárias e democracia.....                        | 37        |
| 4.2      | Enquadramentos midiáticos sobre os conflitos: episódios e atores.....     | 40        |
| 4.3      | O efeito CNN e a atuação da OTAN .....                                    | 43        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                         | <b>45</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                   | <b>49</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As guerras são fenômenos que desde muito tempo mexem e mobilizam os indivíduos e as estruturas políticas e sociais. Do ponto de vista da polemologia, os conflitos são fenômenos sociais passíveis de exame.

Aos olhos das relações internacionais, contudo, os atores considerados na análise dos conflitos foram mudando ao longo do tempo. Assim, embora sejam a Primeira (1914-1918) e Segunda (1941-1945) Guerras Mundiais eventos marcos dentro da própria disciplina das relações internacionais, a partir da década de 1970 e 1980 outros fenômenos e atores passam a ganhar mais destaque e tornarem objeto de análise dos estudiosos da política internacional.

Enquanto principal teoria que se dispôs a explicar a política internacional, o Realismo coloca o Estado como um ator unitário, único ente que importa no sistema internacional, tanto para a deflagração quanto para a possível dissuasão de conflitos. Todavia, com o fim da Guerra Fria (1947-1989) sem o confronto bélico entre as superpotências como previam os realistas, novos atores e valores passam a ter espaço enquanto elementos a serem considerados na análise de conflitos.

Entre os valores a serem considerados, estão a salvaguarda dos Direitos Humanos. Para essa finalidade, os Estados passaram a cooperar em estruturas coesas, técnicas e funcionais conhecidas como organizações internacionais. Uma notória representante dessas instituições é a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como propósito fundador a defesa da paz à luz do Direito Internacional. Contudo, os arranjos cooperativos podem ter vários objetivos e motivações, inclusive militares. Assim, é no propósito de reunir forças para combater possíveis ameaças ao ocidente que foi erigida a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).



Já em termos de atores, temos a gradual participação e protagonismo das grandes corporações, da mídia e o grande fluxo de informações com a revolução tecnológica – esse último, parte do fenômeno da globalização. A revolução tecnológica refletida principalmente pelas transmissões midiáticas, encurtaram distâncias e fizeram com que fatos que estivessem ocorrendo em qualquer parte do globo terrestre passassem a ser de amplo conhecimento quase que em tempo real.

No momento em que mais uma vez testemunhamos atos beligerantes entre Rússia e Ucrânia<sup>1</sup>, relembremos que, ao longo da história da humanidade, inúmeros conflitos foram travados por diferentes motivações e, de certa forma, esse fenômeno social tem se constituído como um principal modelador do mundo em que vivemos. Assim sendo, considerando suas implicações sobre as relações internacionais e a economia mundial, pode-se constatar a relevância de se incrementar, no ambiente acadêmico, discussões acerca de potenciais atores partícipes desses eventos, bem como suas consequências para a sociedade.

É nesse contexto que buscaremos analisar o fenômeno chamado de “efeito CNN”, que atribui à influência da mídia a mudança na orientação de política externa dos Estados. Esse efeito foi particularmente idealizado em contextos de relações interestatais conflituosas.

Com isso, o presente trabalho tem como propósito analisar a cobertura midiática da intervenção da OTAN na crise do Kosovo com o objetivo de responder à questão central desta pesquisa: qual foi a influência do “efeito CNN” sobre a condução das operações<sup>2</sup> empreendidas no Kosovo? De modo a empreender tal análise, ao longo do trabalho algumas questões complementam a pergunta principal, a saber, quais as percepções iniciais e finais da mídia sobre as ações das OTAN no Kosovo? E, quais foram os antecedentes do conflito do

---

<sup>1</sup> Em 24/02/2022, a Rússia deu início a uma ofensiva contra a Ucrânia.

<sup>2</sup> Predominantemente operações aéreas de bombardeio.

Kosovo? Como esse histórico e eventos precedentes se relacionam com os eventos ocorridos entre 1997 e 1999 nessa região da ex-Iugoslávia?

Considerando a natureza das perguntas estabelecidas como condutoras do trabalho, não foram estabelecidas hipóteses a serem testadas, uma vez que seria difícil definir critérios claros para aceitá-las ou negá-las.

Para atingir o propósito central já enunciado, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, contando com a presente introdução, que visa descrever, de forma mais geral, o tema proposto, bem como a estrutura do texto.

No segundo capítulo, serão enunciados alguns conceitos fundamentais, necessários ao entendimento dos argumentos que serão apresentados no decorrer desse estudo, a saber, as definições de interesse, poder, conflito e guerra. A principal fundamentação para essas definições virá da teoria realista das Relações Internacionais, mas também haverá espaço para mostrar a influência de abordagens concorrentes. Nessa toada, é apresentado a noção de sistema internacional, Direito Internacional e alguns eventos e princípios decorrentes desses conceitos, tais como a formação de blocos de cooperação – dando ênfase à formação da OTAN.

O terceiro capítulo se presta ao resgate histórico do Kosovo e da região dos Balcãs, a fim de mostrar as raízes das contendas que deflagraram os acirrados conflitos na região.

No encaminhamento da conclusão, após construir o embasamento necessário, o capítulo quatro expõe de maneira mais densa as vicissitudes que cercam a intervenção empreendida pela OTAN em 1999. Assim, cumpre o desenho proposto de confrontar teoria (o “efeito CNN”) com a realidade, trazendo dados a partir dos relatos primários e de levantamentos qualitativos documentados sobre a cobertura da mídia estadunidense sobre a intervenção, principalmente a mídia televisiva.

A última seção, conclusão do trabalho, além de responder a pergunta principal, tece comentários a respeito dos perigos de abordagens midiáticas que focam em casos individuais a despeito do contexto e faz apontamentos para pesquisas futuras, principalmente no que tange a influência e fácil acesso aos dados por meio das novas mídias, especialmente mídias sociais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

O arcabouço teórico, apresentado nessa seção, tem o propósito de enunciar os conceitos fundamentais necessários ao entendimento dos argumentos que serão apresentados no decorrer desse estudo, a saber, as definições de interesse, poder, conflito e guerra. Esses conceitos são apresentados à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais<sup>3</sup> que, para fins do corrente trabalho, será entendida como uma forma organizada de se pensarem as relações sociais entre Estados, com o fito de estabelecer parâmetros para compreender seu objeto de estudo, qual seja, os atores, acontecimentos e fenômenos que interagem no sistema internacional.

Em seguida, ainda à luz da teoria realista, mas abrindo o leque para mostrar a influência de abordagens concorrentes, é apresentado a noção de SI, direito internacional e alguns eventos e princípios decorrentes desses conceitos, tais como a formação de blocos de cooperação – dando ênfase à formação da OTAN – e os princípios de autodeterminação e soberania/legitimidades concorrentes.

Ainda nessa seara, é feita uma breve exposição sobre os atores que compõe esse sistema, compreendendo principalmente para o papel da mídia como um ator influente das relações internacionais.

---

<sup>3</sup> Em termos teóricos, Pecequilo (2004) aponta que as Relações Internacionais são explicadas por meio de três correntes básicas, a saber: o realismo, o liberalismo e o marxismo. A autora ainda nos ensina que o realismo, cuja teoria, reconhecida como à corrente dominante, foi elaborada no século XX a partir dos trabalhos Vinte anos de crise (1946) de E.H.Carr e A política entre nações (1948) de Hans Morgenthau.

O último tópico desse capítulo contempla, então a definição e implicações do fenômeno intitulado “efeito CNN”<sup>4</sup>, dando especial atenção no que tange à pressão que a Mídia exerce sobre os formuladores de Política Externa, e sua influência sobre as campanhas militares.

## 2.1 O homem, o Estado e a Guerra

Os homens, via de regra, mostram-se incapazes de viver isoladamente. Desde filósofos clássicos, foi comumente afirmado que a vida em sociedade ou em grupos sociais fazia parte da natureza humana e, embora o contratualismo rousseauiano enfatize que a vida em sociedade possa corromper a natureza íntegra do homem, a base do contrato social é o consentimento entre os homens por condições de vida mais justas (VILALBA, 2013). Em “Do Contrato Social”, Rousseau estabelece que a vida em sociedade se organizou em torno de um “pacto convencional” por meio do qual os indivíduos se reúnem em pequenas comunidades em que a “vontade geral”<sup>5</sup> é cumprida (MINGST, 2014). Contudo, ainda que nas relações sociais ocorram situações de solidariedade, segundo o contratualista Hobbes, o conflito prevalece, dada a natureza egoísta e mal do homem (BARNABÉ, 2009). Nesse sentido, o conflito seria ocasionado pela oposição de objetivos e interesses.

---

<sup>4</sup> O termo “efeito CNN” teve origem durante a Guerra do Golfo de 1991, aludindo-se inicialmente à “onipresença” do canal de televisão. A partir de então, a expressão passou a ser utilizada para referir-se as respostas do público doméstico e das elites políticas a eventos globais que são transmitidos por tecnologia de comunicação em tempo real (ROBINSON, 2002, p. 2). Livingston (1997, p. 1) o caracteriza como o impacto da nova mídia global em tempo real na diplomacia e na política externa.

<sup>5</sup> O conceito de vontade geral, expressado por Rousseau, segundo Consani (2018), gira em torno de saber como conciliar a liberdade ou a autonomia política e a submissão a uma autoridade. Em outras palavras, o problema teórico a ser enfrentado é se é possível, ao mesmo tempo, ser livre e submetido a uma autoridade político-jurídica.

Assim, dentre as teorias das relações entre os homens, destaca-se a conceito de “estado de natureza”<sup>6</sup>. Enquanto, para Rousseau, o homem entraria em consenso entre seus pares para conceder autoridade ao Estado em prol da organização social; para Hobbes<sup>7</sup>, considerando a natureza má e belicosa do homem, o surgimento do Estado se dá como uma medida corretiva, para refrear os impulsos conflituosos dos indivíduos e estabelecer normas de convivência (BARNABÉ, 2009). Em suma, para Thomas Hobbes, a sociedade encontra-se em estado de natureza, que consiste em um mundo sem autoridade governamental nem ordem civil, no qual os seres humanos vivem em constante incerteza em relação à sua própria segurança.

A ideia de estado de natureza coaduna a noção sociológica de conflito trazida por Freund (1995) como uma forma de relação social, na medida em que só existe na presença de outro(s) e das devidas circunstâncias. Essa noção se aproxima da concepção de Max Weber<sup>8</sup> sobre relações em sociedade, segundo ele, baseadas na reciprocidade que, por sua vez, podem consistir no acordo/amizade ou competição/hostilidade. Assim, se o conflito pode eclodir em qualquer relação social, a “conflitividade” não é uma ocorrência excepcional, mas um fenômeno constitutivo das relações sociais (FREUND, 1995, p.23).

---

<sup>6</sup> É uma teoria sobre como era a vida do homem antes de as pessoas se organizarem em sociedade. Esses indivíduos pré-sociais viviam isoladamente ou organizados em pequenos grupos familiares focados estritamente na sobrevivência.

<sup>7</sup> O filósofo político inglês Thomas Hobbes (1588–1679) foi um dos precursores da teoria do “Estado de Natureza”. Em seu célebre tratado *O leviatã* (1651), descreve a vida em estado de natureza como solitária, egoísta e brutal. Indivíduos e sociedade podem escapar do estado de natureza por meio de um estado unitário, um leviatã. Outros dois sociólogos contratualistas importantes são John Locke (1632 – 1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712–1778).

<sup>8</sup> Karl Emil Maximilian Weber (1864 – 1920) foi um sociólogo, jurista e economista alemão. O Intelectual é considerado um dos fundadores da Sociologia, juntamente com os outros dois sociólogos clássicos, Émile Durkheim (1858 – 1917) e Karl Marx (1818 – 1883).

Nessa toada, Julien Freund (1921-1993) propõe que:

O conflito consiste em um enfrentamento por choque intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns em relação aos outros, uma intenção hostil, em geral com a finalidade de um direito, e que para manter, afirmar ou restabelecer o direito tratam de romper a resistência do outro eventualmente pelo recurso da violência, que pode, dependendo do caso, tender ao aniquilamento físico do outro (FREUND, 1995, p. 58, Tradução nossa).<sup>9</sup>

Em razão da polissemia da palavra, faz-se necessário definir o conceito de conflito que, senso comum, tem vários sinônimos, tais como: luta armada, ausência de concordância e divergência de opiniões. Então, de forma complementar ao conceito apresentado por Freund (1995), com o objetivo de possibilitar o melhor entendimento, considerou-se, ainda, os ensinamentos do General Cabral Couto (1988, p. 153) que concebeu esse fenômeno social como sendo tudo aquilo que transpassa a paz absoluta, ou seja, engloba os conceitos de tensão, crise e guerra sendo, essa última, caracterizada pelo aumento constante da hostilidade.

As concepções sociológicas sobre conflito guardam, em alguma medida, similaridades com a concepção realista das relações internacionais. Para Morgenthau (2003), pai do Realismo Político, o ser humano teria uma inclinação belicosa o que explicaria o conflito enquanto um fenômeno político (DINIZ, p.29). Nesse sentido, Pecequillo (2004) defende que o poder e o conflito são elementos basilares das relações internacionais.

O poder, por sua vez, era um dos elementos definidores do interesse, fator que está na raiz dos conflitos. Considerando os Estados como principais atores das relações internacionais, tal qual os seres humanos, eles entrariam em conflito a fim de defender seus interesses. Esse interesse, por seu turno, é definido em termos de poder, de forma que esse

---

<sup>9</sup> No original: *“El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie, que manifiestan, los unos respectos a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender ao aniquilamiento físico del otro”*.

compõe o “núcleo duro” do interesse estatal fazendo com que a política internacional – como qualquer política – seja uma luta pelo poder. Partindo desse pressuposto, o objetivo de todo Estado é maximizar poder. Mas a atuação em prol desse objetivo não é igual entre as partes, pois os Estados não possuem o mesmo Poder Nacional (DINIZ, 2007, p.30).

Segundo o Glossário das Forças Armadas do Brasil, poder nacional refere-se à capacidade que um Estado possui para alcançar e manter seus objetivos (BRASIL, 2015, p. 212). O Poder Nacional é composto por elementos de diferentes matizes: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, estado de preparação militar, população, entre outros (DINIZ, 2007, p.30-31). Por ser formado, boa parte, por elementos intangíveis, dificilmente um Estado consegue calcular e avaliar precisamente o poder nacional de outro, o que implica em uma situação que Morgenthau (2003), chama de “balança de poder”. O conceito define a situação que se impõe aos Estados: todos aspiram ao mesmo objetivo de aumentar poder, mas são refreadas pelos cálculos a serem levados em conta nesse exercício.

A dificuldade de cálculo para definir a atuação no sistema internacional se dá por essa forma de organização se dar sob o julgo da anarquia, ou seja, não há uma autoridade entre os Estados que os obrigue a fazer algo, os penalize, assegure informações ou coordene suas ações.

Nessa lógica, se um Estado se propõe a maximizar seu poder por meio de ameaça de uso da força, pode se defrontar com uma oposição direta ou com uma política em prol da manutenção do *status quo* por parte de outro Estado. Independente do cenário, o recrudescimento da animosidade entre as partes se impõe pelo desejo de cada uma das partes de que sua política prevaleça sobre a do seu oponente. É para que seu interesse ou direito prevaleça que o Estado recorre ao emprego da força, conotando a eclosão do fenômeno da guerra.



Clausewitz<sup>10</sup> foi pioneiro em dar tratamento científico ao fenômeno da guerra (MENDES, 2014). Para ele, a essência da guerra era o embate físico entre as partes, da qual decorre que a guerra é “um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”<sup>11</sup> (CLAUSEWITZ, 1832, p.75, Tradução nossa). Segundo Mendes (2014), o conceito é formado por três elementos:

O ‘ato de força’ delimita o fenômeno em termos de seus meios – a força –, separando-o de outras manifestações em que meios exclusivamente não violentos sejam empregados. “Compelir” indica a necessidade de dobrar o oponente, obrigá-lo a algo a que ele naturalmente se opõe. E ‘nossa vontade’ diz respeito ao objeto de toda a ação, o motivo que levou ao emprego do meio força e que causou a oposição do outro, que por isso mesmo se tornou um oponente (MENDES, 2014, p.87).

Pelo até aqui exposto, o enfrentamento ocorre para se afirmar ou se estabelecer um direito. A falta de consenso entre as partes originará a tentativa de um ator impor ao outro, normalmente com o uso da violência, a sua vontade. Assim, considerando que o conflito é inerente à sociedade e à política entre as nações e dificilmente será eliminado, Freund (1995) levanta o questionamento a respeito do melhor meio para evitar ou prevenir o conflito (FREUND, 1995, p. 23-24).

Direcionando o olhar para o cenário internacional a partir da perspectiva realista, as possibilidades de evitar ou terminar um conflito que conte com a colaboração de outro estado são mínimas.

Ainda segundo Freund (1995), quando se considera que a gênese dos conflitos são o choque de interesses e as aspirações divergentes, muitos podem ser os seus objetos causadores do e eles são inerentes ao convívio em sociedade. Ao considerar o choque intencional, intrínseco ao relacionamento social, em uma primeira análise, pode-se inferir que

---

<sup>10</sup> Carl Von Clausewitz (1780-1831) foi um militar prussiano especialista em estratégias de batalhas e autor do mais famoso tratado sobre o tema da guerra no Ocidente: “Da Guerra”, ou “Sobre a Guerra” (do alemão Vom Kriege).

<sup>11</sup> No original: “*War is thus an act of force to compel our enemy to do our will.*” (CLAUSEWITZ, 1832, p.75).

o conflito pode eclodir a qualquer tempo, mesmo que na atualidade existam ferramentas para a manutenção da paz, como, por exemplo, aquelas de competência do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>12</sup> (CSNU).

Em face da busca pelo Poder e pelo desejo natural de sobrevivência, o mundo em que vivemos tem se mostrado cada vez mais incerto, impulsionado por um ritmo acelerado de mudanças nos cenários e nas perspectivas do sistema internacional. Assim sendo, a próxima seção apresenta alguns conceitos pertinentes a compreensão da busca constante pela paz. As ferramentas que decorrem deles visam refrear eventuais distorções que resultem em um desequilíbrio entre os Estados e, conseqüentemente, impulsionem instabilidade nos relacionamentos sociais dentro de um SI anárquico<sup>13</sup>.

### 2.1.1 Sistema internacional, Direito Internacional e Formação de Blocos

Nessa toada, o conflito passa a ser desafiado enquanto fenômeno central para as relações internacionais, em torno dos quais eles se dão. Esse desafio à perspectiva realista decorre de eventos históricos e novas interpretações sobre as ações dos estados e soluções para contendas entre os partícipes do SI.

O conceito de sistema internacional cobre “um conjunto de **relações entre atores**, colocados em um **meio específico**, com um certo **grau de interdependência** entre si e submetidos a um certo modo de regulação” (PECEQUILO, 2004, p. 37, grifo nosso). O sistema internacional também pode ser concebido como sendo o meio em que são processadas as

---

<sup>12</sup> Para saber mais sobre as competências do CSNU acessar a página oficial da Organização, disponível em: <<https://www.un.org/securitycouncil/>>.

<sup>13</sup> Entendido como a ausência de governo ou de leis que venham a definir os parâmetros de comportamento de um ambiente, resultando na falta de ordem.

relações entre os diferentes atores na esfera internacional, ou seja, o palco em que são desenvolvidas as relações internacionais (MERLE apud PECEQUILO, 2004, p. 38).

Como já mencionado, a perspectiva realista enfatiza a anarquia que reina nesse sistema e delimita os atores partícipes aos Estados. A ênfase na guerra e no papel do Estado da perspectiva realista pode ser explicado pelo contexto histórico de pós Segunda Guerra Mundial (SGM) no qual essa abordagem emerge.

Ao longo dos anos 1970, contudo, a perspectiva do institucionalismo liberal vem desafiar alguns pontos à perspectiva realista, voltando-se para o fenômeno da cooperação e questionando o porquê de os estados cooperarem (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014). A cooperação não é, contudo, nata e espontânea, mas meio pelo qual o interesse pode ser alcançado, aludindo ao entendimento do Lorde britânico Palmerston<sup>14</sup>, de que “Nações não têm nem amigos nem aliados permanentes, só interesses permanentes”<sup>15</sup> (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014, p.82, Tradução nossa).

A iniciativa de cooperar se dá em diversas áreas, a depender do interesse do Estado – que não se dá unicamente em termos militares. Um exemplo é justamente a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Fundada após a SGM, tinha o propósito de salvaguardar a Europa de investidas e intimidações por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014). Com o fim da Guerra Fria<sup>16</sup> e a dissolução da URSS, entretanto a OTAN se manteve enquanto uma plataforma assegurada de interações como assinala Mingst e Arregín-Toft (2014, p.107), o que aponta para uma capital característica das organizações internacionais, blocos – caso da OTAN – e

---

<sup>14</sup> Lord Palmerston (1784-1865), foi Primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1855 a 1865.

<sup>15</sup> No original: “*Nations have no permanent friends or allies, only permanent interests.*” (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014, p.82).

<sup>16</sup> Disputa geopolítica entre os EUA e a ex-URSS, que após a SGM despontaram como superpotências, associado ao declínio da Europa como epicentro da política internacional.

iniciativas de cooperação no geral: a proteção da estabilidade. Em outras palavras, extrapolando a finalidade específica para a qual foi criada, a interação possibilitada pelos fóruns em muitos casos traz à tona novas oportunidades de cooperação.

Baseados no idealismo wilsoniano, os institucionalistas asseveram atenção aos princípios do Direito Internacional. Isso porque embora haja certo consenso em torno do contexto anárquico no qual os estados estão imersos, reitera-se que a ordem mundial, concebida em Vestfália<sup>17</sup>, criou uma estrutura organizacional internacional a partir do estabelecimento de dois dos princípios norteadores do Direito Internacional, a soberania estatal e a não interferência. Essa estrutura pavimentou a solução pacífica de conflitos de interesses entre os Estados e um abrandamento da natureza anárquica do mundo (KISSINGER, 2015).

Além disso, para essa perspectiva sobre as relações internacionais, a guerra não é o único resultado esperado no cenário anárquico. A guerra pode ser evitada e ter seus efeitos apaziguados com auxílio das instituições. No contexto entre guerras, a Liga das Nações foi expressão máxima da crença em soluções pacíficas, coletivas e multilaterais. A instituição é considerada precursora da Organização das Nações Unidas e boa parte do seu regimento era voltado para a prevenção da guerra. Por essa lógica, os institucionalistas seguiram depositando confiança no direito internacionais e em mecanismos jurídicos de solução de problemas, dissuasão e responsabilização, como a arbitragem, mediação e os tribunais internacionais.

---

<sup>17</sup> Refere-se ao acontecimento histórico marcado pela assinatura de tratados de paz, em 1648, que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Esse fato é considerado como o marco do fim do domínio da autoridade religiosa na Europa e o surgimento das autoridades seculares, o que, para a maioria dos teóricos, representa o início do sistema contemporâneo de Estados (MINGST, 2014).

Além do papel da cooperação na manutenção da estabilidade do sistema de estados, a perspectiva liberal considera o sistema internacional sujeito a mudança, sendo palco de múltiplas e fluidas interações entre diversos atores – para além dos Estados nas relações internacionais.

## **2.2 Novos atores no Sistema internacionais**

Entre a diversidade de atores cujo as ações causam repercussões nas relações internacionais estariam organizações internacionais, organizações não governamentais, corporações multinacionais e atores subestatais (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014, p. 133), que Pecequillo (2014) dividiu em Organizações Internacionais Governamentais (OIG) e as Forças Transacionais (FT).

As OIG, também conhecidas como Instituições Internacionais, são agrupamentos políticos formados por Estados fundadores e componentes cuja função seria encontrar soluções para determinadas questões internacionais por intermédio da diplomacia tradicional, bem como fazendo uso de foros de discussão (PECEQUILLO, 2014).

No que tange as Forças Transacionais, também enquadradas como atores não-estatais, Pecequillo (2014) assevera que elas se referem a sociedade civil, ou seja, não ligadas a governos ou ao setor público, cujas ações podem vir a afetar, positivamente ou negativamente, os Estados. Ainda segundo a autora, essas Forças podem ser divididas em quatro categorias: as Organizações Não-Governamentais (ONG); as Multinacionais, (ou Companhias Multinacionais ou Transacionais); os grupos diversos da sociedade civil; e a opinião pública.

A interdependência que caracteriza o sistema internacional sob a perspectiva liberal, indica que os diferentes atores são sensíveis e vulneráveis às ações alheias. Para

Keohane e Nye (2011), referencias dentro do liberalismo nas Relações Internacionais, sistemas interdependentes são conectados por vários canais, formados por elites tanto governamentais como não governamentais e organizações transnacionais.

Em sistemas com essa característica, várias são as questões e intenções que despontam e nem sempre é o poder militar que importa e é útil para todas as situações (MINGST; ARREGÍN-TOFT, 2014, p. 133). Nye e Welch (2014, p. 339) chamam a atenção para a lista crescente de problemas que se avoluma desde os anos 1990 e que desafiam o controle estatal dentro das suas fronteiras soberanas. São problemas como fluxos financeiros, tráfico de drogas, crimes ambientais, pirataria, tráfico de pessoas, terrorismo, movimentos transnacionais de base religiosa e ideológica. Como diz Stephen Krasner, "O alcance do Estado aumentou em algumas áreas, mas diminuiu em outras"<sup>18</sup> (KRASNER, 1998 apud NYE; WELCH, 2014, p. 339).

Ressalta-se que ao longo das últimas décadas esse ambiente tem se tornado mais instável e confuso, impulsionado, dentre outros, por uma grande evolução tecnológica, em especial no âmbito das comunicações. Com o desenvolvimento das comunicações, a opinião pública tem tido papel relevante dentro da política interna dos Estados.

### 2.2.1 A mídia como ator na cena internacional

Nesse contexto, a mídia, caracteriza-se como uma espécie de consolidador ou formador de opinião (PECEQUILLO, 2014). Assim, em um conflito, além das partes beligerantes, a mídia acaba sendo um ator dentre outros que influem nas decisões tomadas ao longo de um confronto, junto de organizações internacionais como a ONU por exemplo.

---

<sup>18</sup> No original: "State reach has increased in some areas but decreased in others."

No início da década de 1990, os avanços tecnológicos tornaram a comunicação global de voz e vídeo em tempo real uma realidade após o término da Guerra Fria. Desde então, a mídia começou a ganhar cada vez mais destaque ao noticiar, em tempo real, apresentando ao público em geral as imagens do campo de batalha.

Podemos falar que a sedimentação da mídia como ator internacional foi fruto de mudanças na seara informacional, baseada em rápidos avanços tecnológicos em computadores, comunicações e software que, por sua vez, levaram a reduções drásticas no custo de processamento e transmissão de informações. Por causa disso, no século XXI, uma parcela muito maior da população, tanto dentro como entre os países, tem acesso à informação, considerada, poder (NYE; WELCH, 2014, p. 328).

Para Nye e Welch (2014), os governos se preocuparam com o fluxo e controle das informações, que esses criassem o controle governamental. Eventos como as revelações de Edward Snowden sobre a Agência de Segurança Nacional estadunidense deixaram evidente o nível e volume de informações que a tecnologia moderna de fato deu aos governos que podem identificar e vigiar pessoas e mapear interesses (NYE; WELCH, 2014, p. 331). Contudo, ao mesmo tempo, mostrou como empresas privadas também detêm poder por meio da informação, não só a partir da capacidade de coleta, mas de transmissão e podendo gerar pressões e mobilizações por parte da sociedade e constranger governos. Kissinger (2015), ao abordar alguns desafios encarados pelos Estados, critica, inclusive, que a natureza do Estado vem sendo corroída por pressões sociais.

### **2.3 O “Efeito CNN”**

Ao longo dos anos 1990, como mencionado, há a proliferação de novas tecnologias que impactam dentre outros setores, a forma de difundir informações. A revolução

tecnológica potencializa a velocidade e o fluxo de informações comunicadas em tempo real (ROBINSON, 2002).

O fim da Guerra Fria e o desmantelamento de diversas zonas de influência dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas contribuiu para a eclosão de diversos conflitos civis de natureza étnica, que geraram graves crises humanitárias internacionais. Enquanto a vigência da Guerra Fria impôs um determinado enquadramento para a abordagem de assuntos de interesse político internacional, com seu fim, presumiu-se uma maior liberdade para os meios de comunicação abordarem histórias e temas e até mesmo criticar a condução da política externa americana (ROBINSON, 2002).

Assim, a virada dos anos 1980 para os anos 1990 marcam uma mudança na relação entre mídia e governos nacionais. Enquanto na Guerra do Golfo (1990-1991), chamava atenção o quanto e como governos moldavam a análise midiática, eventos posteriores ao final da Guerra Fria sinalizavam o oposto, em que a mídia passa a ter mais autonomia no acesso às informações (BADSEY, 1997).

A Guerra do Golfo decorre da decisão do líder iraquiano da época, Saddam Hussein, de invadir o Kuwait, país fronteiriço e grande produtor de petróleo, em agosto de 1990. A decisão de, à revelia, invadir e ocupar o país vizinho surpreendeu a comunidade internacional que reagiu rapidamente e condenou o acontecimento de forma quase universal (DOBSON, 2003, p. 62 apud CATALINAC, 2007, p.60). A invasão ao Kuwait foi considerada, inclusive, como um claro caso de agressão<sup>19</sup>, violando as normas de Direito Internacional. As ações militares iniciam após a adoção das resoluções 660 e 661 junto ao Conselho de

---

<sup>19</sup> Crimes de agressão, segundo artigos 121 e 123 do Estatuto de Roma, ficaram estabelecidos como o uso da força armada por parte de um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de outro Estado. Disponível em: [https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura\\_da\\_paz/docs/estatuto\\_roma\\_tribunal\\_penal\\_internacional.pdf](https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf).



Segurança da ONU, que impuseram sanções econômicas ao Iraque e a adesão de boa parte dos países ocidentais aliados dos Estados Unidos da América (CATALINAC, 2007).

Desde o início da crise do Golfo em agosto de 1990, a relação entre o governo americano e a mídia foi de controle, com o primeiro explorando as vulnerabilidades institucionais dos conglomerados midiáticos, a fim de criar um ambiente doméstico adequado, explorando a mídia para influenciar a opinião pública (BADSEY, 1997).

No entanto, como mencionado, as incursões de missões de paz em países que passavam por conflitos com civis, sendo gravemente privados dos recursos mais básicos, ajudaram a mudar o cenário em entre governos e cobertura midiática (ROBINSON, 2002).

Robinson (2002) aponta especialmente para a “malfadada intervenção” na Somália de 1992 como evento fundador do “efeito CNN”: esse efeito apontava para o impacto que coberturas altamente emotivas e, também críticas forçavam respostas dos governos à crises humanitárias. No caso da Somália, em decorrência do “efeito CNN”, os EUA teriam sido efetivamente forçados a intervir por pressão da mídia (ROBINSON, 2002, p.7).

Até antes da Guerra Fria, o padrão das operações *UN peacekeeping operations*<sup>20</sup> não passava pelo uso da força, envolvia a supervisão de partes anuentes e a reafirmação de fronteiras e da soberania (ROBINSON, 2002, p. 8). A operação na Somália foi pioneira no desenvolvimento de um novo padrão de operações, consideradas “intervenção humanitárias forçadas”. Nas intervenções nesse molde, o instituto da soberania pode ser violado, a fim de preservar e proteger direitos humanos básicos (ROBINSON, 2002, p.8). Nesse sentido, soberania e preservação de Direitos Humanos eram colocados como fatores em disputa, em que o primeiro perdia valor diante do segundo.

---

<sup>20</sup> Operação de paz das Nações Unidas (Tradução nossa).

Robinson (2002) chama a atenção para uma especial distinção entre as intervenções não coercitivas em outro Estado e a real recorrência ao emprego ou ameaça de uso da força militar que, por vezes, ocorre sem o consentimento ou em direta contravenção aos desejos do estado alvo da intervenção.

Enquanto não conta com a anuência do país alvo, as intervenções forçadas, segundo Robinson (2002) são autorizadas pelo Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, resguardada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse capítulo exprime especialmente a permissão para o uso de todos os meios necessários.

Nesse contexto, o papel da cobertura midiática dessas intervenções se tornou ainda mais pervasivo e novas interpretações sobre o “efeito CNN” passam a ganhar espaço. A mídia é alçada a uma espécie de “quarto Estado” ou “quarto poder”, usurpando antigos canais de articulação e alinhamento de política externa (ROBINSON, 2002, p. 10; 14). A urgência em torno de respostas para graves crises humanitárias globalmente divulgadas em tempo real se torna um reconhecido perigo do “efeito CNN”. Entretanto enquanto Kissinger (2015) e analistas de tradição realista reivindicam um maior controle da política externa, de forma que o acesso da mídia à essa política fique restrito a uma elite, eventos como a eleição de políticos liberais como Clinton nos EUA e Blair no Reino Unido, ressaltaram um possível papel positivo desse tipo de cobertura midiática (ROBINSON, 2002, p.10).

Assim, ao longo dos anos 1990, o “efeito CNN” deixa de ser um fenômeno a ser demonstrado e passa a ser uma assunção em análises de política externa, sinônimo do poder da mídia dirigir/orientar as respostas dos governos às crises humanitárias. Entretanto, isso passa a ser avaliado a partir de dois pontos de vista: como uma irresponsabilidade, requerendo uma acurada checagem de notícias. Como um apoio, uma condição de possibilidade para as

intervenções ocorrerem. Nesse último sentido, a intervenção requereria uma cobertura rápida, invasiva e dramática para legitimá-la (ROBINSON, 2002, p.10).

Assim, os debates em torno do “efeito CNN” se dão em torno do seu escopo e alcance, uma vez que a importância da cobertura midiática de intervenções humanitárias se tornou pressuposto entre os analistas internacionais.

### 3 A ORIGEM DA CRISE

A intervenção internacional no conflito do Kosovo não foi uma medida ágil e assertiva (ROBINSON, 2002). A província do Kosovo e a contenda histórica entre albaneses kosovares e sérvios não estava no radar da comunidade internacional, em particular, dos Estados ocidentais. No entanto, dada a proporção das chamadas guerras balcânicas, não podemos dizer que era de desconhecimento internacional que a região do Kosovo era uma problemática dentro da antiga Iugoslávia em franco esfacelamento.

A pouca atenção à questão do Kosovo entre 1989 e 1995 é atribuída a vários motivos. Um deles é a falsa unicidade atribuída a região por parte do Ocidente. Como parte da região da República Federal da Iugoslávia (RFI) que, até 1989, era formada por 7 repúblicas – Bósnia e Herzegovina; Croácia; Macedônia; Montenegro; Sérvia; Eslovênia; e Kosovo – a província do Kosovo, embora com suas particularidades identitárias e reivindicações políticas, era tida tão somente como parte do monolítico mundo comunista (ROBINSON, 2002). Em segundo lugar, a questão do Kosovo ficou ofuscada em termos de proporção midiática pela magnitude da violência empreendida durante a guerra da Bósnia (1992-1995).

A Bósnia era uma república da ex-Iugoslávia etnicamente mista que se declarou independente em 1991, movimento que decorreu um intenso conflito até meados de 1995 (LOUREIRO, 2017). Essa guerra opôs os diversos grupos que lá viviam – eslavos muçulmanos, servo-bósnios, bósnios croatas – que atuaram por intermédio de milícias paramilitares e exércitos étnico-nacionais (LOUREIRO, 2017). Para se ter ideia da proporção desse conflito civil, dados estimam que tiveram aproximadamente 104.732 vítimas fatais e gerou 2,5 milhões de refugiados e deslocados internos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 1995).

Foi quando o mundo passou a reconhecer a prática chamada de “limpeza étnica” que se destacou entre as várias violações de Direitos Humanos cometidos por Slobodan Milosevic<sup>21</sup>, líder político que sucedeu Tito<sup>22</sup> na Iugoslávia após a Guerra Fria e queda a ex-URSS. De forma breve, segundo Shaw (2015, p.15 apud LOUREIRO, 2017, p. 13), “a partir de critérios predominantemente étnicos, o seu propósito era homogeneizar a população, expulsando elementos considerados indesejados”. A guerra da Bósnia é marcada por um massacre em particular, o de Srebrenica o qual é considerado o maior genocídio ocorrido em solo europeu no pós Segunda Guerra Mundial. Esse incidente marca o ponto de virada para o conflito: no mês seguinte a Srebrenica, a comunidade internacional apoia a intervenção militar na Bósnia e são encaminhadas negociações para um acordo de paz, em agosto de 1995.

Analisar o conflito do Kosovo demanda retornar a um período antes de 1998, ano da intervenção da *Kosovo Force*<sup>23</sup> (KFOR) (WENTZ, 2002; BIEBER, DASKALOVSKI, 2003). Para avançarmos na análise do papel da mídia sobre a mobilização de percepções por parte do Ocidente, precisamos destacar quais os atores relevantes que estiveram imersos ou contribuíram indiretamente para a eclosão de um conflito que já dava sinais claros desde antes de 1998. Além dos atores relevantes, é importante versar sobre o contexto socio e geopolítico da época, quais as reivindicações e interesses em disputa e sua legitimidade perante o Direito Internacional.

---

<sup>21</sup> Milosevic foi presidente da República Federal da Iugoslávia de 1997 a 2000 (LOUREIRO, 2017, p. 56).

<sup>22</sup> Josip Broz Tito (1892-1980) foi um militar, revolucionário e estadista iugoslavo que liderou um dos dois grupos de resistência que se formou na Iugoslávia, os *Partisans* (iugoslavos comunistas), após a Iugoslávia ser atacada pela Alemanha nazista e demais pelas potências do Eixo (Itália, Bulgária e Hungria) durante a SGM (TATUM, 2010, p. 64-65). Ao final da guerra Tito fundou a República Federativa Popular da Iugoslávia, posteriormente denominada República Federal Socialista da Iugoslávia pela Constituição de 1963, mantendo-se no governo do país a partir de 1953 até a sua morte (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 443).

<sup>23</sup> Foi uma força internacional de manutenção de paz liderada pela OTAN, responsável pelo estabelecimento da segurança no Kosovo do ponto de vista militar, em conjunto com a *United Nations Interim Administration in Kosovo* (UNMIK) encarregada pelos assuntos relativos aos aspectos civis (BIEBER, DASKALOVSKI, 2003, p. 1).



tivessem esse traço comum, albaneses kosovares e sérvios distinguiram-se em termos religiosos, sendo os albaneses em sua maioria muçulmanos e os sérvios cristãos ortodoxos (WENTZ, 2002).

Assim, boa parte do sentimento nacionalista sérvio foi nutrido por esses mitos fundacionais. Era fundamentado neles que os sérvios justificavam a expulsão da população albanesa do Kosovo, que ocupara a região durante os séculos de dominação Otomana<sup>26</sup> (LOUREIRO, 2017 apud BENSON, 2004, p. 67).

Algumas questões de política doméstica também são relevantes de serem apontados aqui. Desde o final da SGM, a República Socialista Federativa da Iugoslávia esteve sob a liderança do general Tito. Entre os anos 1963 e 1971 foi assistido uma guinada em prol de uma maior liberalização, tanto econômica quanto política, e as repúblicas ganharam maior liberdade e autonomia em relação ao poder central da Sérvia. É nesse contexto que o Kosovo, na constituição de 1963, ganha, inclusive, status de província autônoma.

A guinada na direção da descentralização não retrocedo como queriam as lideranças servias e montenegrina, mas sob a batuta do governo federal do general Tito, questões nacionalistas envolvendo principalmente Croácia e Servia foram sendo gerenciadas.

A constituição aprovada em 1974, aumentou as prerrogativas políticas relegadas às repúblicas, cujo direito de autodeterminação foi reconhecido, baseado no princípio de não-

---

<sup>26</sup> Segundo Oliveira (1999) os ódios étnicos foram forjados justamente no período otomano. Os sérvios apontam colapso para a destruição do Estado nemanjic às mãos dos turcos em 1389, na batalha de Kosovo-Polje, como explicação histórica para a problemática na região e justificar sua prevalência em termos de domínio político e territorial. Sobre essa batalha, Aguilar e Mathias (2012) falam que em 1380, os turcos invadiram a Sérvia e em 28 de junho de 1389, derrotaram os sérvios numa batalha na região Kosovo Polje. Com a ocupação otomana, parte dos povos que habitavam a região se islamizou. O Estado Otomano não tinha a política de converter pessoas ao islamismo, mas algumas práticas incentivavam a islamização. Somente os muçulmanos podiam ser gestores de terras (que eram propriedade do sultão), votar ou participar do governo, ser isentos de vários tributos, ascender na administração pública, dentre outras. Além disso, os otomanos realizaram obras (mesquitas, pontes, mercados, etc.) e criaram livrarias e escolas primárias e teológicas (AGUILAR, 2003 apud AGUILAR; MATHIAS, 2012).

intervenção (LOUREIRO, 2017). O Estado iugoslavo ficou limitado ao controle do exército e da política externa, concentrados na figura de Tito. Foi instituído um sistema de presidência rotativa, de forma que o cargo seria exercido coletivamente a cada ano por uma unidade federativa.

Esse arranjo institucional juntamente com o bom desempenho econômico fez com que os anos 1970 e parte dos 1980 transcorressem com relativa estabilidade. Contudo, com a morte da figura mediadora de Tito, insatisfações com as prerrogativas constitucionais garantidas pela última constituição atreladas ao nacionalismo insuflado o clima de tensionamento retorna a região.

Como menciona Jovic,

[a] constituição de 1974 preveni a qualquer um de tornar-se um ‘novo Tito’ após a morte de Tito”. Maio de 1980, portanto, consolidou a descentralização iugoslava, dando prevalência às repúblicas em detrimento do poder central. O poder federal passou a ser exercido coletivamente, por meio da junta presidencial – na qual as decisões tinham que ser conjuntas e unânimes (JOVIC, 2003, p. 176 apud LOUREIRO, 2017, p. 51).

Assim, nem todas as Repúblicas iugoslavas se sentiam contempladas nesse novo arranjo e entre as mais insatisfeitas estava a Sérvia com a independência de uma das suas províncias autônomas<sup>27</sup>, o Kosovo.

### **3.2 A chegada ao poder de Milosevic e o recrudescimento do nacionalismo**

Como já dito, o desgaste na região já dava sinais muito antes de 1998 e o nacionalismo sérvio acompanha a história e os desenvolvimentos políticos da região kosovar. Em 1981 se observava o escalonamento do conflito com o adensamento das reivindicações dos albaneses pela elevação do status da região kosovar para república.

---

<sup>27</sup> Além do Kosovo, a Sérvia tinha a província de Voivodina.



Uma vez que Slobodan Milosevic estava no comando a partir de 1987, a região kosovar passa para o centro da política doméstica iugoslava (TATUM, 2010). Enquanto líder sérvio, Milosevic começou a retirar do Kosovo a autonomia conquistada nos anos Tito.

As respostas dos albaneses kosovares para as ações repressivas de Milosevic foram medidas não violentas de resistência. Segundo Bekaj (2010), a anulação inconstitucional da autonomia do Kosovo em 1989, seguida pelo sistema de restrição de direitos civis introduzidos pelos sérvios no início dos anos 1990, levou os albaneses a estabelecer um governo de fato paralelo liderado pelo partido Liga Democrática do Kosovo<sup>28</sup> (LDK).

Em 2 de julho de 1990, a assembleia do Kosovo votou para tornar Kosovo uma república independente dentro da Iugoslávia formando sua própria sociedade paralela. Os kosovares também criaram suas próprias instituições políticas paralelas e em 1991, os realizaram um referendo no qual votaram para que Kosovo se tornasse uma república soberana. Esses movimentos não foram reconhecidos pela Sérvia nem por países da comunidade internacional (TATUN, 2010).

A subtração da autonomia albanesa foi uma das iniciativas de Milosevic ao chegar no poder. A ideia do líder era, com isso, alimentar o nacionalismo sérvio e angariar o apoio deles para a manutenção da unidade da região. Segundo Robinson (2002), a guerra do Kosovo embora improvável e acabou ocorrendo por inação dos países do ocidente que embora tenham intervindo e mediado soluções para conflitos anteriores da região, como a referida guerra na Bósnia, não praticaram com o Kosovo aquilo que diziam salvaguardar: a credibilidade e proteção dos Direitos Humanos.

---

<sup>28</sup> No original: “*Lidhja Demokratike (LDK)*” (BEKAJ, 2010, p.13).

Enquanto ocorria a guerra na Bósnia, os albaneses se movimentaram politicamente para reivindicar seus direitos na região e denunciar a repressão sofrida por eles pelas forças de Milosevic, liderado por Ibrahim Rugova (WENTZ, 2002; TANTUM, 2010). Em paralelo às iniciativas de Rugova de tentar chamar atenção da comunidade internacional para a causa kosovar, estavam ocorrendo as negociações de Dayton (1995), série de encontros que visavam por fim no conflito militar em curso na Bósnia. O acordo de Dayton contou com a liderança de líderes ocidentais e os albaneses viram nessa oportunidade uma chance de chamar a atenção do mundo para os problemas políticos da região. Entretanto, a frustração foi tremenda: os líderes do Kosovo nem mesmo foram chamados a contribuir na mesa de negociação.

Esse momento foi crucial para a escalada da situação de conflito porque o movimento não violento foi deixado de lado e a atuação política dos albaneses ganhou um braço militar. O surgimento do Exército de Libertação do Kosovo<sup>29</sup> (KLA), segundo Wentz (2002), era previsível. Em junho de 1996, o KLA teve sua primeira aparição pública, quando assumiu a responsabilidade por uma série de ataques contra delegacias de polícia sérvias em Kosovo (TANTUM, 2010).

Essa força paramilitar e as forças de segurança sérvias se enfrentaram em conflitos sangrentos entre 1998 e 1999. Foi o início de um massacre, uma vez que as forças albanesas eram em um número bem menor, e foi desencadeada uma nova crise humanitária na região. De partida, mais de 400 mil famílias tiveram que deixar suas casas, mas o número de refugiados chegou a mais de 1 milhão de pessoas (WENTZ, 2002).

---

<sup>29</sup> No original: “*Kosovo Liberation Army (LKA)*” ou “*Ushtria Clirimtare E Kosoves (UCK)*”, em albanês (WENTZ, 2002, p 17).

Foi somente quando as práticas de “limpeza étnicas” ocorridas na Bósnia passaram a ser deliberadamente usadas também no Kosovo que o olhar do mundo se voltou para a região.

A “limpeza étnica” é caracterizada pela Convenção para a Prevenção e Punição do Genocídio<sup>30</sup> como um tipo de genocídio e foi definida que inclui a remoção forçada de um grupo ou comunidade por terror, assassinato ou força física (TATUM, 2010). O fim dessas ações é a eliminação do grupo em questão. Era exatamente o objetivo de Milosevic (BAHADOR, 2007, p. 72). Dentro do contexto das guerras balcânicas e esfacelamento do território original da Iugoslávia, Milosevic insuflou o nacionalismo sérvio recorrendo a questão do Kosovo, o qual era exposto como um território de valor histórico para o povo sérvio. Assim, o objetivo das ações repressivas era eliminar o povo albanês e manter o território do Kosovo.

A primeira iniciativa intervencionista no conflito entre Kosovo e Sérvia foi a operação Força Aliada. Ela foi empregada em 1999 se deu após a aprovação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da resolução 1244 em 10 de junho de 1999. A estrutura da ONU é apontada também como um dos fatores que dificultaram o andamento de uma solução para a região. Assuntos de segurança internacional e, particularmente, missões de intervenção em outro país, precisam do aval do CSNU. Este, por sua vez, é formado por China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia, todos com poder de veto. Assim, foi problemática a passagem da resolução considerando que a Rússia é tradicional aliada da Sérvia e possivelmente estava insatisfeita com uma ação de uma aliança militar ocidental em uma zona de influência sua (RORIZ, 2015).

---

<sup>30</sup> Para o acesso ao conteúdo completo da Convenção, ver o decreto federal nº 30.822, de 6 de maio de 1952 que promulga a convenção concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ação foi estabelecida após os Acordos de paz de Rambouillet em 1999<sup>31</sup> e uma vez estabelecida, o papel da KFOR era assegurar a retirada das forças militares sérvias, estabelecer a lei e a ordem e desmilitarizar a KLA<sup>32</sup>. A ONU definiu o acordo da seguinte maneira:

Este acordo visa acabar com a violência no Kosovo e facilitar o retorno de refugiados e pessoas deslocadas. Também apela à adoção de uma nova constituição para o Kosovo que respeite a integridade territorial da Antiga República da Jugoslávia, estabelecendo simultaneamente os princípios de autonomia democrática durante três anos até que o estatuto final do Kosovo seja determinado. Este acordo não foi assinado, mas entrou em vigor pela Resolução 1244 do Conselho de Segurança (UN PEACEMAKER, 2022, Tradução nossa).<sup>33</sup>

A comunidade internacional seguiu um padrão de forte engajamento após a guerra (BEKAJ, 2010). As Nações Unidas assumiram a administração interina do Kosovo e a KFOR forneceu segurança aos seus cidadãos.

Kosovo provou ser um ilustrativo exemplo da problemática da aplicação de algumas normas potencialmente conflitantes nas relações internacionais e no direito internacional. Esses incluem o dilema permanente entre os princípios de direitos humanos versus os de soberania e não ingerência em assuntos domésticos.

A história do conflito do Kosovo mostra que, para além da mobilização de recursos materiais e essencialmente militares, o interesse – medido em termos de poder – de um Estado manipula recursos e elementos de outras naturezas, como é o caso da história e identidade sérvia e kosovar.

---

<sup>31</sup> Também chamados de Acordo interino de Paz e autogoverno no Kosovo (*Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo*).

<sup>32</sup> Os combatentes do KLA passaram para a recém-formada polícia civil e agências de emergência sob supervisão internacional. A agência de emergência foi posteriormente transformada em um exército de fato do Kosovo, em vez de ser dissolvida. Não houve, portanto, processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (UN PEACEMAKER, 2002).

<sup>33</sup> No original: *“This agreement aims to end the violence in Kosovo and facilitate the return of refugees and displaced persons. It also calls for the adoption of a new constitution for Kosovo that respects the territorial integrity of the Former Republic of Yugoslavia while simultaneously establishing the principles of democratic self-government for three years until final status of Kosovo is determined. This agreement was not signed however has been given effect by Security Council Resolution 1244.”*

Bieber e Daskalovski (2003) e Tatum (2010) chamam a atenção para como os estereótipos criados em torno dos albaneses kosovares e dos sérvios devem ser levados em conta no que tange a intervenção internacional do conflito. Nesse sentido, a mídia foi um ator fundamental. Uma influência que já havia demonstrado seus contornos e implicações desde a Guerra da Bósnia.

## **4 A COALIZÃO MILITAR SOB O OLHAR DA MÍDIA**

Na seção anterior vimos a definição do “efeito CNN” enquanto um fenômeno político-social que pode influir na maneira de ingerir e conduzir conflitos, principalmente em termos de posicionamento de política externa.

Nesse capítulo, guiados pela pergunta de pesquisa “como o chamado ‘efeito CNN’ influenciou as percepções da opinião pública mundial sobre o conflito étnico racial no Kosovo?” O presente capítulo faz uma análise das percepções da mídia ocidental sobre a intervenção da OTAN no Kosovo. Focaliza, nessa toada, nas percepções em relação ao uso da força por parte das tropas da OTAN, mas procurando também observar a construção da percepção sobre os sérvios e albaneses kosovares.

Com isso, o capítulo encaminha uma avaliação da influência da mídia sobre o transcurso do conflito, particularmente, avalia o “efeito CNN” sobre as ações das tropas ocidentais lideradas pelos Estados Unidos da América durante o conflito. Para isso, sobrepõe/contrasta alguns episódios ao longo do conflito que foram amplamente divulgados com as ações que decorrem deles.

### **4.1 Mídia, intervenções humanitárias e democracia**

Avançando na compreensão e análise a luz do “efeito CNN”, podemos apontar como condições/critérios para uma maior ou menor influência da mídia, a incerteza política e o tipo de enquadramento dado pela mídia ao evento, em que um enquadramento mais crítico e empático tem maior influência.

Como diz Shea (2002, p.153), convivemos hoje com as chamadas “guerras de consciência”: nos conflitos não “vale tudo” e a força não deve ser usada no propósito de

“punir”. Deve haver uma justificativa humanitária que fundamente o uso da força, em outras palavras, deve haver indivíduos a serem protegidos não castigados. Nesse sentido, são bastante comprometedoras imagens e notícias de mortes de civis, seus deslocamentos e de famílias sendo separadas (Shea, 2002). Entretanto, no ano de 1999 no período da operação força aliada, a mídia internacional transmitia o conflito em tempo real para uma audiência no mundo todo e imagens de todo tipo de sofrimento eram transmitidas em massa. Naquele momento, a mídia ocidental não precisava de nenhuma intermediação no acesso aos fatos, ninguém que os explicasse e por meio de fotos e reportagens ia constituindo papéis e significados para a intervenção no Kosovo.

É justamente essa habilidade de dramatização por parte da mídia e a rapidez com que acessa, mapeia, expõe e comenta os fatos que constrange a tomada de decisão cada vez mais rápida/imediata e com cada vez menos tempo para reflexões acuradas por parte dos atores políticos. Essas decisões, podem ser mais ou menos alinhadas a tradição de política externa do país: se mais favorável ao uso da força ou ao engajamento diplomático, se inclinadas a movimentações mais ou menos arriscada.

Para um oficial da KFOR, essa abordagem da mídia no caso da intervenção da OTAN no Kosovo foi injusta, visto que para ele, a mídia estava mostrando o que Milosevic queria que o mundo visse: retratando a operação da OTAN em termos de seus erros e incidentes que acabaram levando a perda de vidas inocentes. Mas o comandante ressalta: o agressor era Milosevic e para ele era claro que para a mídia “Há, em suma, uma lacuna de percepção entre o que é viável e o que é desejável”<sup>34</sup> (SHEA, 2002, p.160, Tradução nossa).

---

<sup>34</sup> No original: “There is in short a perception gap between what is feasible and what is desirable.”

O que é desejável, considerando o regime sob o qual vivem os Estados ocidentais, a democracia, é recorrer ao uso da força somente quando necessário. A salvaguarda da democracia enquanto um valor ocidental, assim, alicerça dois movimentos, o de recorrer à força como último recurso e o de prezar a resolução de conflitos por meios diplomáticos. O movimento de uso da força é, portanto, outra forma de se chegar nos mesmos fins que a política e a diplomacia.

Outro aspecto relevante, quando consideramos a variável tipo de regime, é o acesso e a manipulação midiática que, na situação do Kosovo significou

que Milosevic, que controlava as fotos, pudesse mostrar à mídia ocidental as fotos que ele queria que vissem dos danos colaterais da OTAN e garantir que nenhuma das fotos que o teriam constrangido, as fotos reais da guerra, as atrocidades, as valas comuns, as casas em chamas, nunca foram filmadas ou nunca fossem divulgadas por causa da censura<sup>35</sup> (SHEA, 2002, p. 163, Tradução nossa).

Nesse sentido, Milosevic tratou a situação do Kosovo como guerra e a geriu como tal: censura, controle da mídia, agrupamento, enquanto a atuação da OTAN seguiu sob a regência da transparência democrática e atenta aos tratados fechados multilateralmente entre países.

Entretanto, a percepção de domínio demonstrada por Milosevic através do seu controle midiático é frágil e acaba sendo abalada por ações dissidentes por parte de albaneses kosovares que filmam um episódio em particular e resolvem divulgá-lo. Isso pode ser visto como uma forte evidência de uma falta de confiança entre a população e a mídia oficial do governo, denunciando assim que as informações divulgadas pelo último podem não ser credíveis e retratar a realidade.

---

<sup>35</sup> No original: *“that Milosevic, who controlled the pictures, could show the western media the pictures that he wanted them to see of NATO’s collateral damage and make sure that none of the pictures that would have embarrassed him, the real pictures of the war, the atrocities, the mass graves, the burning houses, were never filmed or were never released because of censorship.”*



Por fim, para atingir os interesses nacionais em um conflito, envolve estar atento não só à campanha militar, mas também à campanha de mídia. Afinal, há uma campanha sendo conduzida por parte do adversário – não uma cobertura feita por uma imprensa livre – e a opinião pública está cada vez mais atenta, pois segue o volume de imagens, análises e informações na mídia televisionada. Para fazer frente a essas características, estar disponível para responder dúvidas e questionamentos da imprensa e reiterar determinado posicionamento, demonstra o perfil de “certeza política” necessário para evitar uma influência nociva da mídia. Além disso, mantém o líder no lastro da influência da audiência, que a todo momento pode ser persuadida por novos fatos e argumentos. Como afirma Shea (2002, p. 166, Tradução nossa), “conflitos bem sucedidos não são dirigidos pela mídia”<sup>36</sup>.

#### **4.2 Enquadramentos midiáticos sobre os conflitos: episódios e atores**

O episódio de catástrofe humanitária no Kosovo pode ser entendido como certa galvanização de episódios anteriores de violência e violação de Direitos Humanos, tais como o de Srebrenica. Segundo Robinson (2002, p. 72-73, Tradução nossa), a crise no Kosovo foi “uma combinação de crise econômica, nacionalismo ressurgente e a decadência mais ampla da ideologia comunista em toda a Europa Oriental, desestabilizando a RFI”<sup>37</sup>.

Episódios como o de Srebrenica influenciou para que a imprensa pressionasse a favor de uma intervenção dos Estados Unidos da América na Bósnia, pois significou a perda de uma área entendida como “área segura”.

---

<sup>36</sup> No original: “Successful conflicts cannot be media driven.”

<sup>37</sup> No original: “[...] a combination of economic crisis, resurgent nationalism and the broader decay of communist ideology throughout Eastern Europe destabilized the FRY.”

A queda de Srebrenica foi tratada pelos meios de comunicação como um evento político e midiático de importância preeminente e isso se refletiu na quantidade de cobertura dedicada à história. Dados levantados por Robinson (2002), apontam que a *Columbian Broadcasting System* (CBS) tratou a queda de Srebrenica como a principal notícia entre 11 e 14 de julho do ano de 1995 alocando-a para a principal manchete, enquanto a CNN publicou 84 segmentos de notícias mencionando a Bósnia durante o período de oito dias.

Para compreender a magnitude desse episódio é importante fazer uma breve avaliação do enquadramento midiático dado ao episódio. Robinson (2002) levanta que embora continham referências aos refugiados de Srebrenica, as referências mais significativas e robustas eram à política ocidental.

A linguagem emotiva foi amplamente usada ao descrever a situação dos refugiados. O autor aponta como evidência descritores como “massa de lamentação da humanidade”, “atordoado”, “choro” e “trilha de lágrimas”, enquanto sobre o ocidente os adjetivos faziam menção a sua atuação tardia (ROBINSON, 2002).

Assim como na situação em Srebrenica, a campanha aérea Forças Aliadas foi descrita com muita descrença e crítica pela mídia, uma vez que consistiu em uma campanha de bombardeio aéreo de 78 dias sobre a Sérvia e na percepção da mídia ocidental, deu destaque à falha por parte dos formuladores de política de proteger a população sérvia, principalmente os albaneses kosovares.

As críticas enfatizaram a inadequação de um ataque aéreo aquele contexto, pois estava levando a vida de muitos civis. Esse posicionamento midiático advogava em favor da necessidade de uma intervenção terrestre.

Para compreendermos melhor o teor das críticas ao *timing* e tipo de intervenção é importante fazermos um resgate dos eventos ocorridos entre 1997 e 1998, pouco antes da intervenção.

Em 1997, a situação no Kosovo estava se deteriorando rapidamente (ROBINSON, 2002). Ao longo dos anos, com o pouco apoio dado ao movimento político não violento de Rugova, foi crescendo notoriamente o apoio da população albanesa kosovar às ações do KLA. Os ataques às unidades paramilitares sérvias, por exemplo, foram desafiando cada vez mais a autoridade Sérvia e passaram a ser respondidos de forma esmagadora pelas forças sérvias, incluindo represálias contra civis.

Em 1998, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1160 condenando o uso excessivo da força pelas forças sérvias. Nesse mesmo ano, havia sido alcançado um acordo sobre a destacamento de observadores em todo o Kosovo para monitorizar os acordos de cessar-fogo e informar sobre as violações dos direitos humanos (ROBINSON, 2002).

No entanto, as tentativas de chegar a um acordo de cessar-fogo falharam e, no contexto de repetidos combates, em janeiro de 1999, no que é amplamente considerado um ponto de virada no uso da força, ocorreu o massacre de Racak. Mais de 45 kosovares albaneses foram mortos em um suposto ataque por forças do governo sérvio. Para Robinson (2002, p. 95), Racak foi um episódio significativo não só pela natureza e ampla divulgação do crime, mas

também porque parecia fazer parte de um padrão de escalada, de repressão sérvia e teve um efeito galvanizador por razões muito compreensíveis na comunidade albanesa tanto em termos de medo quanto em termos de determinação militante de resistir<sup>38</sup> (ROBINSON, 2002, p.95, Tradução nossa).

---

<sup>38</sup> No original: “*Racak was of course a very significant moment because of the horrific and much publicised nature of the crime but also because it seemed to be part of a pattern of escalation, of Serb repression and it had a galvanising effect for very understandable reasons on the Albanian community both in terms of fear and in terms of militant determination to resist.*”

A tentativa de os EUA persuadirem ambas as partes foi reconhecida oficialmente pelo acordo de Rambouillet, na França. Essa negociação, entretanto, tem duas interpretações:

Para alguns, eles representaram uma última tentativa dos EUA de forjar um acordo entre os dois lados. Para outros, as negociações envolveram um acordo projetado para ser rejeitado por Milosevic, abrindo caminho para ataques aéreos da OTAN contra a Sérvia (Chomsky 1999; Herring 2000 apud ROBINSON, 2002, p. 95. Tradução nossa)<sup>39</sup>.

O presidente norte-americano da época, Bill Clinton explanou o propósito dos bombardeios em três aspectos: demonstrar o firme engajamento da OTAN contra a agressão, deter a escalada de violência de Milosevic contra civis e prejudicar as capacidades sérvias de escalonar uma guerra contra o Kosovo no futuro.

Entretanto, o que ficou evidenciado na transmissão midiática foi a piora da crise humanitária logo com a deflagração dos bombardeios aéreos. Foi durante a massiva fuga de refugiados da região que Milosevic intensificou as práticas de expulsão e de “limpeza étnica”.

No fundo, o próprio propósito humanitário é posto em questão como sendo usurpado pela tentativa de demonstrar poderio por meio do bombardeio aéreo, sem comprometer de maneira mais arriscada a vida de homens em um destacamento por terra, enquanto admitiam que, em curto prazo não conseguiriam proteger os albaneses.

#### **4.3 O efeito CNN e a atuação da OTAN**

A análise das evidências e da reconstituição dos acontecimentos antes, durante e depois do conflito do Kosovo, nos evidencia alguns pontos. Embora a transmissão em tempo real e as constantes análises e comentários televisionados demonstrem ter algum impacto em desencadear alguma movimentação em prol de uma ação mais contundente em termos

---

<sup>39</sup> No original: “For some they represented a last ditch attempt by the US to forge an agreement between both sides. For others the talks involved a deal designed to be rejected by Milosevic, therefore clearing the way for NATO air strikes against Serbia.”

humanitários, uma vez que algum nível de “certeza política é atingido a respeito da contenda em questão, o “efeito CNN” é pouco evidente e pouco parece influir no plano traçado e levado a cabo pela KFOR de bombardeios aéreos. Enquanto o enquadramento crítico e emotivo interfere na opinião pública e gera clamor e senso de urgência na comunidade internacional, uma vez que uma operação de intervenção humanitária entra em consenso sobre o uso da força, as decisões tomadas dali por diante pouco parecem ser impactadas pelo “efeito CNN” de aceleração das tomadas de decisão a partir das percepções e avaliações midiáticas.

Corroborando isso, Robinson (2002, p.93, Tradução nossa) aponta que “apesar das terríveis imagens de refugiados fugindo de Kosovo”<sup>40</sup> realmente variam os casos em que a cobertura da mídia foi incapaz de influenciar os formuladores de políticas. Mais do que isso, o que é variável é o nível desse efeito. No caso de Ruanda, trazido por Robinson, o efeito é percebido na ação de não intervir. Já no caso do Kosovo, embora possamos ver algum impacto sobre a decisão de intervir, pouco é observado em termos de forma de intervir. Dessa forma, nem sempre a mídia consegue produzir consentimento e, então o efeito tem menos alcance.

---

<sup>40</sup> No original: “*despite terrible images of refugees fleeing Kosovo.*”

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscou-se analisar a repercussão e o alcance da mídia sobre as decisões tomadas durante a Guerra do Kosovo. Focalizamos no exame do caso da intervenção da OTAN ocorrida em 1999. A escolha por esse recorte se deu pela força e potência dessa coalizão militar que até hoje em dia é ator relevante em termos de movimentação militar no sistema internacional.

O trabalho se deteve ao exame do que ocorreu e como foram enquadrados os eventos entre 1997 e 1999, a fim de capturar se há mudanças no enquadramento da crise ao longo dos anos que antecedem a intervenção em 1999.

Os capítulos serviram ao propósito de dar robustez a pesquisa. No segundo capítulo, os conceitos necessários ao entendimento do fenômeno do conflito – não como um fenômeno excepcional, mas social – foram apresentados, junto à conceitos comumente concorrentes, como o de cooperação, Direito Internacional. Os conceitos aqui não foram usados como parte de uma teoria, mas como ferramenta

No capítulo três, o resgate histórico nos deu noções das complexidades que estavam impostas aquele conflito, tornando-o sua resolução tão complexa. Essa complexidade é reduzida no enquadramento emocional dado pela mídia. Essa tendência à redução se mostra na massiva individualização de histórias e formação de estereótipos parece, ainda, acompanhar outra tendência: de basear o enquadramento que será dado ao conflito somente a partir da observação dos efeitos no curto prazo. No caso do Kosovo, isso galvanizou a percepção negativa sobre a forma de intervenção por meio de um bombardeio aéreo de oito semanas.

Com as noções de conflito e do papel da mídia na política internacional, bem como da função e da relevância de determinadas formações e princípios dentro do contexto de conflito, como a OTAN e estrutura da ONU, o capítulo quatro direcionou a análise para a intervenção e o seu retrato pela grande mídia ocidental. Além disso, nesse capítulo foi delineado que o efeito CNN tem certa limitação de alcance frente a postura de certeza política por parte dos formuladores e implementadores de política. Assim, mesmo que se reconheçam possíveis prejuízos em termos de perdas colaterais com o bombardeio empreendido pela operação Força Aliada, essa não poderia ter sido definida somente à luz dos seus efeitos de curto prazo.

O enquadramento midiático sobre a intervenção foi muito no sentido de resgatar e comparar o Kosovo e as ações tomadas a respeito dele com anteriores massacres da região, como o caso de Srebrenica. Esse enquadramento crítico mostrou que o ocidente liderado pelos Estados Unidos da América estava sempre atrasado ou não cumpria o compromisso de salvaguardar a paz e a vida de civis. Essa postura crítica da mídia confrontou o posicionamento dos formuladores e de líderes da campanha militar de manter somente a intervenção militar aérea no Kosovo. E assim chegamos a concluir que o efeito CNN foi perceptível na deflagração de uma ação militar, mas não chegou a influir nos seus contornos.

Além das respostas às questões que foram levantadas no início do trabalho, se faz importante fazer alguns apontamentos em termos de aprimoramento e avanço de uma agenda de pesquisa sobre a influência da mídia sobre as decisões tomadas pelos Estados durante conflitos. Considerando o avanço e a capilaridade das mídias sociais, parece promissor que futuros trabalhos explorassem o impacto das redes sobre as estratégias e os rumos do conflito.

Recentemente, com a guerra russo ucraniana, assistimos, em tempo real, uma guerra interestatal onde o acesso aos acontecimentos e ao sofrimento que um conflito envolve aparenta estar ainda mais próximo, uma vez que com o uso das mídias sociais, a denúncia ou o flagrante de determinada ocorrência se dá ao alcance de um aparelho celular. Dessa forma, ocorrências que poderiam até passar despercebidas são capazes de comprometer esforços diplomáticos ou mesmo campanhas militares.

Contudo, as novas mídias não estão disponíveis somente da população civil. Formuladores de políticas e líderes das nações também acabam por se aproximarem ainda mais da audiência por meio do uso dessas redes sociais. Nesse sentido, as repercussões do que é transmitido e/ou divulgado em redes sociais pode significar vantagens ou desvantagens.

O efeito dessas mídias sociais de hoje em relação a grande mídia do final dos anos 1990 é sentido muito mais rápido. Desta feita, se o “efeito CNN” pensado na década de 1990 alertava para a perversidade da influência da mídia sobre as decisões políticas, dificultando a tomada de decisões com base em reflexões mais amadurecidas, a pressão e o clamor gerado pelas redes sociais vão ainda mais longe, exigindo posicionamentos e respostas a casos individuais que ganham repercussão e cobram respostas por parte das autoridades.

Além disso, a proximidade dos líderes e autoridades com a audiência pode ajudar na formação de consensos – formados em geral pela mídia televisiva e impressa – e a construção de uma audiência favorável. A imagem do líder carismático, a comunicação e o convencimento sobre os caminhos e passos a serem tomados podem alcançar uma audiência antes mesmo de serem repercutidos pelos jornais ou televisão.

Isso não quer dizer que os formuladores de políticas e líderes de campanhas não devem se manter atentos e disponíveis à mídia. A indisponibilidade e a falta de transparência ainda têm muita repercussão enquanto sinais negativos que podem ter influência direta na



política externa, em termos de estratégias diplomáticas e no estabelecimento de alianças futuras, bem como nas já firmadas.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. L. C.; MATHIAS, A. L. T. C. *Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 4, n. 8, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10494>>. Acesso em: 02 ago.2022.

ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara, 1969. p. 98-107. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/servicos/revista-do-mp/revista-9-fase-1/artigo-das-pags-98-107>>. Acesso em: 21 jun.2022.

BADSEY, Stephen. *The media and UN" peacekeeping" since the Gulf War*. Journal of conflict studies, v. 17, n. 1, p. 7-27, 1997.

BAHADOR, Babak. *The CNN effect in action: How the news media pushed the West toward war in Kosovo*. Springer, 2007.

BARNABÉ, Gabriel Ribeiro. *As relações internacionais no pensamento de Thomas Hobbes*. Philósofos: Revista de Filosofia - Revista UFG, vol. 14, n. 1 (2009). Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/10034>>. Acesso em: 29 jul.2022.

BEKAJ, A. R. *The KLA and the Kosovo War: From Intra-state Conflict to Independent Country*. Berlin: *Berghof Conflict Research*, 2010. 47 p. (Berghof Transitions Series, 8). Disponível em: <<https://gsdrc.org/document-library/the-kla-and-the-kosovo-war/>>. Acesso em: 29 jul.2022.

BIEBER, Florian; DASKALOVSKI, Zidas. *Understanding the War in Kosovo*. London: Frank Cass, 2003. 373 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo n. 30.822 de 6 de maio de 1952. *Promulga a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1952/d30822.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html)>. Acesso em: 05 ago.2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/view>>. Acesso em: 28 jul.2022.

CABRAL COUTO, General Abel. *Elementos de Estratégia*, Vol I, IAEM, Lisboa, 1988. p 153.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. New Jersey: Princeton University Press, 2008. 284 p. Tradução de Peter Paret e Michael Howard. p 75.

CATALINAC, Amy L. *Identity theory and foreign policy: explaining Japan's responses to the 1991 Gulf War and the 2003 US war in Iraq*. *Politics & Policy*, v. 35, n. 1, p. 58-100, 2007.

CONSANI, Cristina Foroni. *O conceito de vontade na filosofia política de Rousseau e Condorcet*. 2018, v. 41, n. 1, p. 99-140. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732018000100006>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DINIZ, Eugenio. *Política internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007, p. 29-35.

FREUND, Julien. *Sociología del Conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. p 1-155.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4. ed. Longman: Pearson, 2011. 368 p.

KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015. Versão Kindle.

LIVINGSTON, Steven. *Clarifying the CNN Effect: An Examination of Media Effects According to Type of Military Intervention*. 1997. 19 f. Research Paper (R-18) - Harvard University, Cambridge, MA, 1997. Disponível em:< <https://dash.harvard.edu/handle/1/37371065> >. Acesso em: 08 ago. 2022.

LOUREIRO, Juliana A. M. *Securitização da Identidade e Conflitos Étnicos: antecedentes à Guerra da Bósnia (1992-1995)*. 2017. 333 f. Monografia (Política Internacional e Comparada) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2017.

MENDES, F. P. Guerra. *Guerrilha e Terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz*. *Carta Internacional*, v. 9, n. 2, p. 96-108, 2014.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. *Princípios de relações internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 353 p. Título original: *Essentials of International Relations*.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: *Politics among nations: the struggle for power and peace*. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2022.

NYE, Joseph S. Jr; WELCH, David A. *Understanding Global Conflict and Cooperation: An Introduction to Theory and History*. 9. ed. Boston. Pearson, 2014. 368 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Carta das Nações Unidas*. Nova Iorque, 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. *Resolução 1.244*. 1999. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/kosovo-rambouilletagreement99>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 238 p.

ROBINSON, Piers. *The CNN effect: The myth of news, foreign policy and intervention*. London: Routledge, 2002. 190 p.

RORIZ, João Henrique Ribeiro. *Administrando a imparcialidade: a ONU e a independência de Kosovo*. *Carta Internacional*, v. 10, n. 2, p. 146-162, 2015.

SHEA, Jamie P. *The Kosovo Crisis and the Media: Reflections of a NATO Spokesman*. In: WENTZ, Larry K. *Lessons from Kosovo: The KFOR Experience*. OFFICE OF THE ASSISTANT SECRETARY OF DEFENSE WASHINGTON DC COMMAND AND CONTROL RESEARCH PROGRAM (CCRP), 2002. P. 153-174.

TATUM, Dale C. *Genocide at the Dawn of the 21st Century: Rwanda, Rosnia, Kosovo, and Darfur*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. 289 p.

VILALBA, Hélio Garone. *O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos*. Marília: Unesp, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/heliovilalba.pdf>> Acesso em: 02 ago.2022

WENTZ, Larry K. *Lessons from Kosovo: The KFOR Experience*. Cforty Onesr Cooperative Research, 2002. 769 p. (CCRP publication series).